

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE - TRENSURB

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2022

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão das demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empreiteira, após ter vencido uma licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. No entanto, a Companhia suportou-se com os procedimentos investigatórios realizados pela TCU e CGU, que não tivemos pleno acesso. Dessa forma, não realizando procedimentos investigatórios próprios que, conforme determinado pela Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, teriam como objetivo determinar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Conseqüentemente, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria no sentido de determinar a extensão dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2022.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico “CPC 01 | NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados em 30 de setembro de 2022, pelos montantes de R\$ 1.216.228.139 e R\$ 2.324.802, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, a análise elaborada pela Companhia não atendeu a todos os requisitos da referida norma e, como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável. Bem como, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficientes para concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de setembro de 2022.

A provisão para contingências trabalhistas e cíveis da Companhia não atende os critérios de reconhecimento de provisão conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 25 | NBC TG 25 parágrafo 14. Nessas circunstâncias, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para avaliar adequadamente as estimativas e as divulgações da Companhia relativas à provisão para contingências trabalhistas e cíveis, conforme requerido pela NBC TA 540 - Auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos quanto a razoabilidade das divulgações na nota explicativa nº 18 relativas ao saldo de provisões para contingências trabalhistas e cíveis, bem como não podemos concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de setembro de 2022.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1).

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, em decorrência da mudança de política contábil relativa ao reconhecimento de atualização dos adiantamentos para futuros aumentos de capital, os valores correspondentes, relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é considerada informação suplementar. A demonstração intermediária do valor adicionado foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 | NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 | NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 26 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC RS 005519/F 0



Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - RS



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	30/09/2022	31/12/2021 REAPRESENTADO		NOTA	30/09/2022	31/12/2021 REAPRESENTADO
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	130.254.664	138.710.125	Fornecedores	15	16.221.714	18.586.169
Créditos a receber	6	2.298.341	3.307.500	Impostos e taxas a recolher		431.279	290.081
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	7	7.485.020	4.465.845	Contribuições sociais a recolher		4.137.304	3.493.424
Adiantamento de férias e débitos de empregados	8	5.884.794	3.046.977	Obrigações trabalhistas	16	25.308.280	16.055.328
Direitos a receber		194.556	173.465	Adiantamento de Clientes	17	1.606.452	1.395.660
Impostos a recuperar	9	4.207	1.094	Credores por convênios	18	1.185.806	724.662
Estoques		17.411.198	17.463.927	Credores por depósitos		93.482	93.482
Despesas do exercício seguinte	10	333.670	327.684	Plano de Previdencia - Equacionamento	26c	59.975	454.248
		163.866.450	167.496.616			49.044.293	41.093.054
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências trabalhistas	19a	102.307.021	94.686.124
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Provisão para contingências cíveis	19b	20.455.010	17.194.283
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	11	49.448.063	55.079.118	Provisão IR/CS diferido	13c	15.381.417	16.231.047
Débitos de empregados	8	169.064	169.064	Adiantamentos para aumento de capital	21a	4.959.768	2.137.418
Penhora s/ receita própria	12	454.308	461.127	Obrigações Trabalhistas	16	686.688	686.688
		50.072.110	55.709.984	Plano de Previdencia - Equacionamento	25c	2.616.626	2.616.626
		1.218.575.636	1.251.296.306			146.406.530	133.552.186
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	13	1.216.228.139	1.249.048.154	Capital social	20	2.014.563.144	2.014.563.144
Intangível	14	2.324.802	2.225.457	Adiantamentos para aumento de capital	21a	85.709.018	78.116.397
		1.268.647.746	1.307.006.290	Ajuste avaliação patrimonial	13c	29.857.816	31.507.098
		1.432.514.196	1.474.502.907	Prejuízos acumulados	20b	(893.066.605)	(824.328.973)
		1.432.514.196	1.474.502.907			1.237.063.373	1.299.857.666
TOTAL DO ATIVO		1.432.514.196	1.474.502.907	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.432.514.196	1.474.502.907

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021 REAPRESENTADO	01/07/2021 à 30/09/2021 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA					
Serviço de Transporte Metroviário		97.935.584	35.654.435	68.601.055	26.130.965
Aluguéis, arrendamentos e concessões		1.909.619	696.216	2.012.305	743.048
		99.845.203	36.350.651	70.613.360	26.874.013
Tributos sobre a receita bruta e devolução vendas		(176.640)	(64.400)	(186.138)	(68.732)
RECEITA LÍQUIDA	22	99.668.563	36.286.251	70.427.222	26.805.281
Custo dos serviços prestados	23	(197.989.739)	(70.951.998)	(186.439.466)	(61.564.266)
PREJUÍZO BRUTO		(98.321.176)	(34.665.747)	(116.012.245)	(34.758.985)
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(62.646.076)	(22.625.655)	(56.963.627)	(18.599.084)
Outras receitas e despesas		(26.981.679)	(3.057.100)	6.518.416	6.639.334
Condenações Trabalhistas		(5.843.738)	(1.414.520)	(3.553.398)	(1.419.496)
Provisão/reversão ações trabalhistas	19a	(17.984.420)	(1.057.313)	6.897.856	4.861.986
Provisão/reversão ações cíveis	19b	(3.355.836)	(603.552)	(319.123)	(69.194)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		202.314	18.285	3.493.081	3.266.038
		(89.627.755)	(25.682.755)	(50.445.211)	(11.959.750)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(187.948.932)	(60.348.502)	(166.457.456)	(46.718.735)
RESULTADO FINANCEIRO, LIQUIDO		10.470.029	2.962.549	9.730.742	3.313.165
Receitas financeiras		13.338.780	3.826.734	9.758.265	3.324.484
Despesas financeiras		(2.868.751)	(864.185)	(27.523)	(11.319)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	21b	106.242.359	8.976.900	90.947.791	44.059.494
RESULTADO OPERACIONAL		(71.236.543)	(48.409.052)	(65.778.923)	653.924
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(71.236.543)	(48.409.052)	(65.778.923)	653.924
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	24	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(71.236.543)	(48.409.052)	(65.778.923)	653.924
Lucro por ação do capital social		-0,0075	-0,0051	-0,0070	-0,0024

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021 REAPRESENTADO	01/01/2021 à 30/09/2021 REAPRESENTADO
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(71.236.543)</u>	<u>(48.409.052)</u>	<u>653.924</u>	<u>(65.778.923)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(71.236.543)</u>	<u>(48.409.052)</u>	<u>653.924</u>	<u>(65.778.923)</u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO	2.014.563.144	46.076.522	33.706.141	(732.928.764)	1.361.417.043
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.267.009	-	-	8.267.009
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	
Total dos resultados abrangentes	-	-	(1.649.282)	(63.280.011)	(64.929.293)
Resultado do exercício	-	-	-	(65.778.923)	(65.778.923)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(1.649.282)	2.498.912	849.630
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(2.498.912)	2.498.912	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	849.630	-	849.630
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO	2.014.563.144	54.343.531	32.056.859	(796.208.776)	1.304.754.759
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO	2.014.563.144	56.763.348	31.507.097	(802.975.925)	1.299.857.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.592.621	-	-	7.592.621
Total dos resultados abrangentes	-	-	(1.649.282)	(68.737.632)	(70.386.914)
Resultado do exercício	-	-	-	(71.236.543)	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(1.649.282)	2.498.912	849.630
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(2.498.912)	2.498.912	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	849.630	-	849.630
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	2.014.563.144	64.355.970	29.857.815	(871.713.556)	1.237.063.373

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/09/2022	30/09/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(71.236.543)	(65.778.923)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		37.181.125	38.326.759
Baixa de bens do ativo imobilizado		1.092.669	2.021.543
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	2.822.350	-
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	21.340.255	(6.578.733)
		(8.800.145)	(32.009.355)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		1.009.159	(268.847)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(3.019.176)	(2.647.068)
Estoques		52.729	(672.340)
Tributos e Contribuições a Recuperar		(3.113)	-
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		5.637.875	(10.435.035)
Demais contas de Ativo		(2.864.894)	(2.647.126)
		812.580	(16.670.417)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(2.364.455)	3.300.189
Impostos e taxas a recolher		133.201	(158.708)
Contribuições sociais a recolher		651.877	(239.418)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		9.252.803	7.355.110
Credores por convênios e depósitos		265.188	(2.038.574)
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		12.625	(265.857)
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(10.458.631)	(3.305.302)
		(2.507.393)	4.647.439
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		(10.494.958)	(44.032.333)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(5.553.124)	(5.652.973)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(5.553.124)	(5.652.973)
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	7.592.621	8.267.009
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		7.592.621	8.267.009
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	(8.455.461)	(41.418.297)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		138.710.125	172.972.671
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		130.254.664	131.554.376
(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)			
		(8.455.461)	(41.418.297)



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/09/2022	30/09/2021 REAPRESENTADO
Receita de prestação de serviços		97.935.584	68.601.055
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		1.909.619	2.012.305
Outras receitas e despesas (líquidas)		202.314	3.613.163
Provisões trabalhistas e cíveis		(21.340.255)	6.578.733
		78.707.261	48.479.294
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(6.151.594)	(3.846.048)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(70.677.455)	(72.661.617)
Perda na realização de ativos			(120.082)
		(76.829.049)	(76.627.747)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.878.212	4.177.508
Depreciação e amortização		(38.241.921)	(38.647.861)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(36.363.709)	(34.470.353)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		106.242.359	90.947.791
Receitas financeiras		13.338.780	9.758.265
		119.581.140	100.706.056
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		83.217.431	66.235.703
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		83.217.431	66.235.703
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		109.567.181	94.898.168
Benefícios		18.459.224	16.928.771
FGTS		8.439.916	7.437.605
		136.466.321	119.264.545
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		13.281.826	11.085.410
Estaduais		22.138	24.527
Municipais		65.744	104.260
		13.369.708	11.214.197
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		46.401	27.523
Aluguéis		1.749.194	1.508.361
		1.795.595	1.535.883
Juros sobre adiantamento de capital		2.822.350	-
Lucro líquido do exercício retido		(71.236.543)	(65.778.923)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA OS PERÍODOS DE 3 E 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de 3 e 9 meses findo em 30 de setembro de 2022, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 26 de Maio de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota 5), realização de direitos a receber (Nota 8) realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e "*impairment*" do ativo imobilizado (Nota 12), vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 25) e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6), Direitos a receber (Nota 8) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), adiantamento de clientes (Nota 16), credores por convênios (Nota 17), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 20.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acréscidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

REAPRESENTAÇÃO

a) A Companhia realizou a regularização da atualização do aumento de capital homologado através da Assembleia Geral Extraordinária de 20/12/2022, no seu patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir. O valor regularizado foi baseado em parecer do ministério da economia e voto da União para o referido aumento de capital, no qual foi considerado atualização dos valores recebidos de adiantamento para futuro aumento de capital até a sua aprovação e não até sua homologação, conforme ocorreu em processos anteriores. Os impactos dessa regularização estão apresentados na coluna “Reclassificações” no balanço patrimonial, demonstração de mutações do patrimônio líquido e Demonstração do Resultado do exercício, para fins de comparação, contidos nessa nota. Observando as disposições da NBC –TG 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO			
	2021	Ajustes/	2021
	Originalmente	Reclassif.	Reapresentado
	apresentado		
ATIVO CIRCULANTE	167.496.617	-	167.496.617
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	55.709.984	-	55.709.984
Imobilizado, Intangível e Investimentos	1.251.296.306	-	1.251.296.306
	1.307.006.290		1.307.006.290
TOTAL DO ATIVO	1.474.502.907	-	1.474.502.907
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2021	Ajustes/	2021
	Originalmente	Reclassif.	Reapresentado
	apresentado		
PASSIVO CIRCULANTE	41.093.054	-	41.093.054
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	133.552.186	-	133.552.186
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	78.116.397	(21.353.049)	56.763.348
Prejuízos acumulados	(824.328.973)	21.353.049	(802.975.924)
Outros	2.046.070.243		2.046.070.243
	1.299.857.666		1.299.857.666
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO -	1.474.502.906	-	1.474.502.906

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	<u>30/09/2021 ORIGINALMENTE APRESENTADO</u>	Ajustes/ Reclass.	<u>30/09/2021 REAPRESENTADO</u>
RECEITA LÍQUIDA	70.427.222		70.427.222
Custo dos serviços prestados	(186.439.466)		(186.439.466)
PREJUÍZO BRUTO	(116.012.245)		(116.012.245)
Despesas operacionais	(50.445.211)		(50.445.211)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(166.457.456)		(166.457.456)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	8.849.403		9.730.742
Receitas financeiras	9.758.265		9.758.265
Despesas financeiras	(908.862)	881.339	(27.523)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	90.947.791		90.947.791
RESULTADO OPERACIONAL	(66.660.262)	881.339	(65.778.923)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(66.660.262)	881.339	(65.778.923)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO	<u>2.014.563.144</u>	<u>46.076.522</u>	<u>33.706.141</u>	<u>(732.928.764)</u>	<u>1.361.417.043</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.885	-	-	12.885
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(43.340.436)	(43.890.196)
Resultado do exercício	-	-	-	(44.173.406)	(44.173.406)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 REAPRESENTADO	<u>2.014.563.144</u>	<u>46.089.406</u>	<u>33.156.380</u>	<u>(776.269.200)</u>	<u>1.317.539.731</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 REAPRESENTADO	<u>2.014.563.144</u>	<u>56.763.348</u>	<u>31.507.097</u>	<u>(802.975.924)</u>	<u>1.299.857.666</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.592.621	-	-	3.329.113
Total dos resultados abrangentes	-	-	(1.649.282)	(68.737.632)	(70.386.914)
Resultado do exercício	-	-	-	(71.236.543)	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(1.649.282)	2.498.912	849.630
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(2.498.912)	2.498.912	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	849.630	-	849.630
SALDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	<u>2.014.563.144</u>	<u>64.355.970</u>	<u>29.857.815</u>	<u>(871.713.556)</u>	<u>1.237.063.373</u>

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2022	31/12/2021
Caixa	26.700	20.200
Valores em trânsito	1.109.762	783.578
Aplicações de liquidez imediata	129.118.202	137.906.347
	<u>130.254.664</u>	<u>138.710.125</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 11.952.216 (R\$ 8.687.234 em 30/09/2021).

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	683.464	1.646.882
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.912.835	1.958.576
(-)Provisão para risco de crédito	(297.958)	(297.958)
	<u>2.298.341</u>	<u>3.307.500</u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

Saldo no início do período	<u>297.958</u>
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo no final do período	<u>297.958</u>

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	<u>30/09/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Adiantamento de férias	1.731.868	-	2.874.793	-
Adiantamento de 13º	3.848.855	-	-	-
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	124.170	-	106.854	-
Plano de Saúde (b)	44.416	169.064	51.129	169.064
Débitos de empregados	135.485	-	14.201	-
	<u>5.884.794</u>	<u>169.064</u>	<u>3.046.977</u>	<u>169.064</u>

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 30 de setembro de 2022 a provisão é no montante de R\$ 45.636 (R\$ 45.636 em 31 de dezembro de 2021). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito.

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 10.007 (R\$ 10.007 em 31/12/2021), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

8. DIREITOS A RECEBER

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênio Pessoal Cedido	17.541	15.577
Depósitos e Cauções/Outros devedores	51.892	32.765
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	<u>194.556</u>	<u>173.465</u>

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Material de TUES e Veículos	9.785.164	11.147.870
Material da Via Permanente	2.429.619	2.418.634
Sistemas operacionais	4.686.296	3.460.370
Peças e Acessórios de Equipamentos	67.109	70.194
Materiais de expediente e administrativos	754.378	678.227
Ajuste de Inventário Físico	(311.368)	(311.368)
	<u>17.411.198</u>	<u>17.463.927</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos Judiciais Cíveis	2.527	8.479
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias a Juízo	49.240.303	54.865.407
Processos Judiciais - Rec. Próprios	205.233	205.232
	<u>49.448.063</u>	<u>55.079.118</u>

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 454.308 (R\$ 461.127 em 31/12/2021) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Vida Útil (anos)	30/09/2022			31/12/2021
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25	263.975.592	(82.418.337)	181.557.255	185.744.199
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(77.542.266)	89.492.047	91.960.034
Via permanente	33,33	604.946.676	(151.597.942)	453.348.735	462.548.756
Sistemas operacionais	11,11	324.486.293	(165.575.853)	158.910.440	169.009.666
Veículos ferroviários/aeromóvel	20	370.432.719	(145.109.928)	225.322.790	230.119.626
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(925.278)	753.710	846.612
Equip. processamento de dados	4,55	7.310.060	(4.860.385)	2.449.675	1.003.168
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	61.330.715	(51.010.255)	10.320.460	12.628.004
Instalações	9,09	30.017.663	(14.358.326)	15.659.337	17.038.940
Móveis e utensílios	10	10.473.821	(7.681.651)	2.792.170	3.073.723
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.373.714)	3.711.912	3.959.873
Imobilizado em andamento	-	17.816.192	-	17.816.192	15.211.905
Almoxarifado de bens imobilizados	-	8.183.601	-	8.183.601	9.993.832
		<u>1.927.682.075</u>	<u>(711.453.936)</u>	<u>1.216.228.139</u>	<u>1.249.048.154</u>

b) Movimentação do Imobilizado

CUSTO	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2022
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	263.975.592	-	-	-	263.975.592
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	324.518.076	4.312	(36.095)	-	324.486.293
Veículos ferroviários/aeromóvel	368.622.487	-	-	1.810.231	370.432.719
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	6.198.842	1.884.249	(773.031)	-	7.310.060
Equip., máquinas e instrumentos	61.147.529	225.616	(42.430)	-	61.330.715
Instalações	29.788.519	230.127	(983)	-	30.017.663
Móveis e utensílios	10.482.490	215.941	(224.611)	-	10.473.821
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em andamento	15.211.905	2.604.287	-	-	17.816.192
Almoarifado de bens imobilizados	9.993.832	-	-	(1.810.231)	8.183.601
TOTAL CUSTO	1.923.594.692	5.164.532	(1.077.149)	-	1.927.682.075
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2022
Edificações, estações e depósitos	(78.231.394)	(4.186.944)	-	-	(82.418.337)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(75.074.280)	(2.467.986)	-	-	(77.542.266)
Via permanente	(142.397.920)	(9.200.022)	-	-	(151.597.942)
Sistemas operacionais	(155.508.411)	(10.084.448)	17.005	-	(165.575.853)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(138.502.861)	(6.607.067)	-	-	(145.109.928)
Veículos rodoviários	(832.376)	(92.902)	-	-	(925.278)
Equip. processamento de dados	(5.195.673)	(437.579)	772.867	-	(4.860.385)
Equip., máquinas e instrumentos	(48.519.525)	(2.526.244)	35.514	-	(51.010.255)
Instalações	(12.749.580)	(1.609.729)	983	-	(14.358.326)
Móveis e utensílios	(7.408.767)	(491.791)	218.908	-	(7.681.651)
Benfeitorias em bens de terceiros	(10.125.753)	(247.960)	-	-	(10.373.714)
TOTAL DEPRECIÇÃO	(674.546.538)	(37.952.674)	1.045.276	-	(711.453.936)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	1.249.048.154	(32.788.143)	(31.872)	-	1.216.228.139

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de 3 e 9 meses findo em 30 de setembro de 2022 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 2.498.912 referente a depreciação e no valor de R\$ 849.630 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 29.857.816 (R\$ 31.507.098 em 31/12/2021) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 15.381.417 (R\$ 16.231.047 em 31/12/2021).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 3 de março de 2022, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

	2021
Ativos Imobilizados (Líquido do Imobilizado em Andamento)	1.233.836.248
Ativos Intangíveis	2.225.457
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.236.061.705
Valor Justo (*)	1.548.764.305
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto pelos trens série 200 e expansão da linha norte (via permanente, obras civis, rede aérea e sistemas operacionais).

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 285.538.368 em 30 de setembro de 2022.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do Intangível

Contas	Vida Útil (anos)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30/09/2022	31/12/2021
				Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	13.107.233	(12.158.231)	949.002	849.657
Outras desp. de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		14.513.905	(12.189.103)	2.324.802	2.225.457

e) Movimentação do Intangível

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2022
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.734.161	388.592	(15.520)	-	13.107.233
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	14.140.833	388.592	(15.520)	-	14.513.905

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2022
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(11.884.504)	(289.247)	15.520	-	(12.158.231)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(11.915.376)	(289.247)	15.520	-	(12.189.103)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	2.225.457	99.345	-	-	2.324.802

14. FORNECEDORES

	30/09/2022	31/12/2021
Aquisições Trens	2.356.272	6.962.873
Sist. de energia e comun.	92.858	97.051
Prestação de serviços	4.155.375	2.490.748
Energia Elétrica	4.200.612	5.277.525
Gastos gerais	5.416.597	3.757.972
	16.221.714	18.586.169

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/09/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Férias e Encargos	22.985.277	-	13.760.046	-
Promoção por Antiguidade a Pagar	2.249.569	686.688	2.249.569	686.688
Outras Obrigações Trabalhistas	73.434	-	45.713	-
	25.308.280	686.688	16.055.328	686.688

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Credores p/ Venda Créditos	1.578.131	1.282.928
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	-	110.299
Adiantamento Clientes Comerciais	28.321	2.433
	<u>1.606.452</u>	<u>1.395.660</u>

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

17. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênios SESI/SENAI	84.009	65.275
Assistência Saúde	692.841	657.179
Credores Diversos	408.957	2.208
	<u>1.185.806</u>	<u>724.662</u>

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 30 de setembro de 2022, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 102.240.488 para ações de empregados e de R\$ 66.533 para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	94.686.124	95.727.104
(+) Provisão	17.984.420	15.415.357
(-) Reversão	-	(7.640.779)
(-) Pagamentos	(10.363.523)	(8.815.558)
Saldo no final do período	<u>102.307.021</u>	<u>94.686.124</u>

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/09/2022 compõe-se de R\$ 12.901.046 (R\$ 7.206.770 em 31/12/2021).

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 3 e 9 meses findo em 30/09/2022 e no exercício findo em 31/12/2021 está composta como segue:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	17.194.283	23.835.766
(+) Provisões	3.355.836	319.123
(-) Reversões	-	(6.732.618)
(-) Pagamentos	(95.109)	(227.988)
Saldo no final do período	<u>20.455.010</u>	<u>17.194.283</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/09/2022 é de R\$ 24.016.825 (R\$ 21.668.993 em 31/12/2021). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em Acionista	30/09/2022		31/12/2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
Total	9.531.343.524	100,0000	9.531.343.524	100,0000

b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 893.066.605 (R\$ 824.328.973 em 31/12/2021).

20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

O montante total de adiantamento para aumento de capital, soma o total de R\$ 90.668.786 (R\$ 4.959.768 longo prazo e no patrimônio líquido R\$ 85.709.018). Desse montante, no exercício de 2020, a Companhia encaminhou proposta para assembleia de Aumento de Capital no montante de R\$ 64.319.428, sendo R\$ 34.280.496 referente a recursos recebidos entre 31/12/2015 e 31/12/2016 e os encargos decorrentes pela atualização pela SELIC até a data da referida proposta e R\$ 30.038.932 referente aos recursos recebidos de 01/01/2017 a 31/03/2020. Essa proposta resultará no aumento de 428.098.405 ações ordinárias nominativas a ser apreciado na assembleia geral ordinária a ocorrer em dezembro/2022.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 3 e 9 meses findo em 30/09/2022 foi de R\$ 106.242.359 (R\$ 90.947.791 em 30/09/2021) composto a seguir:

Subvenção	30/09/2022	30/09/2021
Pessoal	74.942.216	55.994.553
Sentença	10.344.945	17.007.273
Custeio	20.955.198	17.945.965
	106.242.359	90.947.791

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, nº 14.303 de 21 de janeiro de 2022. Os montantes fixados para a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2022, conforme a LOA é de R\$ 275.254.113. Deste valor, R\$ 96.290.029 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 178.964.084 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade de solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	LOA/2022	Recursos Próprios Fonte 150/180	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	147.547.569	81.279.532	66.268.037
Sentença	26.100.000	-	26.100.000
Custeio	99.606.544	13.010.497	86.596.047
Investimento	2.000.000	2.000.000	-
	275.254.113	96.290.029	178.964.084

21. RECEITA LÍQUIDA

	01/09/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2021 à 30/09/2021
RECEITA BRUTA				
Serviço de transporte metroviário	97.935.584	35.654.435	68.601.055	26.130.965
Aluguéis, arrendamentos e concessões	1.909.619	696.216	2.012.305	743.048
	99.845.203	36.350.651	70.613.360	26.874.013
Tributos sobre a receita bruta	(176.640)	(64.400)	(186.138)	(68.732)
	(176.640)	(64.400)	(186.138)	(68.732)
RECEITA LÍQUIDA	99.668.563	36.286.251	70.427.222	26.805.281

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2021 à 30/09/2021
Pessoal e Encargos	97.032.571	35.999.023	83.066.578	27.987.139
Serviços de Terceiros	34.160.539	13.273.865	28.241.654	8.777.927
Consumo de Materiais	3.579.261	1.180.096	3.512.422	1.420.972
Energia de Tração	20.361.013	6.380.392	29.268.696	9.020.709
Serviços de Utilidade Pública	6.131.830	1.769.382	5.940.576	2.183.345
Depreciação	36.627.812	12.318.368	36.233.684	12.126.698
Outros Custos	96.713	30.872	175.856	47.476
	197.989.739	70.951.998	186.439.466	61.564.266

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2021 à 30/09/2021
Pessoal e Encargos	45.768.308	17.647.991	42.672.414	13.890.543
Serviços de Terceiros	7.919.923	3.452.986	7.577.099	2.349.045
Consumo de Materiais	2.572.333	1.019.866	333.626	97.213
Serviços de Utilidade Pública	1.261.351	378.990	1.082.752	384.308
Depreciação/ Amortização	1.614.109	443.644	2.414.178	675.930
Outras Despesas	3.510.052	1.096.699	2.883.558	1.202.045
	62.646.076	24.040.176	56.963.627	18.599.084

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(71.236.543)	(66.660.262)	(71.236.543)	(66.660.262)
Adições / (Exclusões) permanentes	3.379.902	3.372.397	3.379.902	3.372.397
Adições / (Exclusões) temporárias	5.812.681	(17.781.088)	5.812.681	(17.781.088)
Lucro Real	(62.043.960)	(81.068.953)	(62.043.960)	(81.068.953)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal - 30%	-	-	-	-
Alíquota - 9%	-	-	-	-
Alíquota - 10%	-	-	-	-
Alíquota - 15%	-	-	-	-
Total Imposto	-	-	-	-
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
Total Imposto a pagar	-	-	-	-
Valor do imposto pago no ano calendário	-	-	-	-

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2021
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2021
Patrimônio - P	85.797.808
Passivos Atuariais (Valor Presente)	
Benefícios Concedidos – A	36.236.401
Benefícios a Conceder – B	52.690.163
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(1.815.013)
Patrocinadora - C1	-
Participante - C2	-
Assistidos - C3	(1.815.013)
Total das Provisões - D = A + B + C	87.111.551
Fundos – E	2.756.712
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D – E	(4.070.455)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(4.070.455)

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 3,61% no ano, isso corresponde a 25% da meta atuarial de 2021 (INPC + 4,10%) que foi de 14,68%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A “*duration*” do plano foi de 8,10 anos no encerramento de 2021.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2021, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 4.070.455. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.411.276, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringe-se aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R\$ 1.329.589 foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 40 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

	2022	
	Circulante	Não Circulante
Déficit 2013/2014 em equacionamento	59.975	1.287.037
Déficit 2021 a equacionar	-	1.329.589
	59.975	2.616.626

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Risco.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 285.538.368.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

27. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no período findo em setembro de 2022 e 2021 foram como segue:

<u>Parte Relacionada</u>	<u>Contrato</u>	<u>Valor contratual</u>	<u>Valores Pagos até 30/09/2022</u>	<u>Valores Pagos até 30/09/2021</u>
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	113.440
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	1.988	3.684
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-
Total		2.030.000	1.988	117.124

<u>Administrador / Conselheiro</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Valores pagos até 30/09/2022</u>	<u>Valores pagos até 30/09/2021</u>
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Ministério do Desenvolvimento Regional	23.940	23.940
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	-	13.299
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	37.465	37.465
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	23.940	23.940
Rafel Bicca Machado	Ministério da Economia	-	10.640
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	15.959	23.940
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	23.940	-
Danielle Santos de Souza Calazans	Ministério da Economia	5.856	-

29. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)

A Administração da Companhia verificou que o ano de 2021 se caracterizou como um prolongamento de 2020, o ano de eclosão da pandemia da COVID19. Contrariamente às expectativas, tivemos novos surtos virais com as correspondentes medidas de controle sanitário. As restrições no comércio e atividades coletivas bem como a suspensão das atividades educacionais trouxeram reflexos no nosso sistema de transporte público.

Com relação à demanda de passageiros transportados, após uma década com volumes anuais da ordem de 50 milhões/passageiros/ano, enfrentamos 2020 com 24,3 milhões e, 2021, com 25,2 milhões, frustrando nossas previsões de superação.

30. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	38.004	24.759	27.202
Empregados	50.861	1.458	9.659

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Companhia avaliou juntamente com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 foi homologado aumento de capital no montante de R\$ 45.103.798, através de 351.874.658 ações ordinárias nominativas, mediante assembleia geral extraordinária. Conforme exposto na nota explicativa nº 4, houve regularização das atualizações referentes ao aumento de capital incorporado na assembleia geral extraordinária ocorrida em 20/12/2022, de acordo com Voto da União e parecer SEI do Ministério da Economia devido mudança de da atualização dos recursos incorporados ao capital.

Em 27 de dezembro de 2022 houve pagamento de processo judicial nº 5010183-04-2014.04.7100 no montante de R\$ 14.594.714, sendo que desse valor havia provisão no montante R\$ 2.887.751, sendo registrado o valor de R\$ 11.706.962 como condenação cível.

Porto Alegre, 26 de Maio de 2022.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
Diretor Presidente

GERALDO LUIS FELIPPE
Diretor de Administração e Finanças

NELSON LIDIO NUNES
Diretor de Operações

JAIR BERNARDO CORREA
Gerência de Orçamento e Finanças

TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987